

## Com auxílio do Dieese, bancada sindical constrói contraproposta unificada para federais

Em reunião nessa sexta-feira, 12, entidades que compõem a bancada sindical na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), incluindo Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais, chegaram a um consenso e vão remeter para debate em suas base na segunda, 15, uma contraproposta unificada dos servidores federais. Alguns ajustes ainda devem ser feitos e já na segunda a contraproposta construída com auxílio do Dieese será amplamente divulgada em nosso site e nossas redes sociais.

Na base da Condsef/Fenadsef, que representa 80% dos servidores do Executivo Federal, as assembleias em todo o Brasil acontecem até o dia 20. No dia 22 a Confederação realiza uma nova reunião com suas filiadas e uma Plenária Nacional virtual no dia 23 dará os devidos encaminhamentos das decisões das assembleias. O Fonasefe, fórum do qual a Condsef/Fenadsef faz parte, confirmou também plenária do conjunto do funcionalismo para o dia 30 desse mês. Nessas atividades serão definidos os próximos passos da Campanha Salarial 2024 dos servidores do Executivo Federal.

Um dos pontos centrais da contraproposta unificada será a busca por reajuste ao funcionalismo ainda em 2024. Nos estudos e levantamentos promovidos com auxílio do Dieese as entidades entendem que há espaço para avançar a partir da proposta apre-



senta pelo MGI no final do ano passado. Nela, o governo aponta possibilidade de 9% de reajuste aos servidores divididos somente em 2025 e 2026. Para este ano, o governo apresenta apenas a possibilidade de reposição em benefícios, a partir de maio.

### 24/01: Atos vão marcar Dia Nacional dos Aposentados

Desde o primeiro momento, todas as entidades representativas dos servidores criticaram a proposta do governo por considerar que ela segrega ativos, aposentados e pensionistas. Para marcar o Dia Nacional dos Aposentados no próximo dia 24, atos em todos os estados e no DF devem acontecer em defesa dos direitos daqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público brasileiro.

Além de não atender a pauta de reivindicações apresentada pelos servidores, o governo

divide aposentados e ativos com a proposta apresentada. No caso dos benefícios a equiparação dos valores entre os Três Poderes é o foco da categoria, mas a oferta do governo acrescenta em média apenas 50% aos valores atuais dos benefícios.

Para aposentados e pensionistas isso representaria, na prática, cerca de R\$70 a mais nos contracheques. A média do auxílio saúde paga pelo governo para muitos gira em torno de R\$144, como o percentual da proposta do governo o valor chegaria a R\$215, em média.

### Unidade é fundamental

Como as demais pautas e demandas urgentes apresentadas ao governo, o avanço de todas as reivindicações da categoria só será possível com mobilização e unidade.

Fonte: Condsef



## Sancionada lei contra bullying e torna hediondo crime contra criança

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta segunda-feira (15) a lei que inclui os crimes de bullying e cyberbullying no Código Penal. As duas condutas agora constam como crimes de “intimidação, humilhação ou discriminação” feitos “sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, de forma verbal, moral, sexual, psicológica, física, material ou virtual”, destaca trecho da legislação publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU).

Com a inclusão, o Código Penal prevê multa para quem cometer bullying. E prisão e multa para quem cometer o mesmo crime por meios virtuais. Nesse caso, o texto considera intimidações feitas em redes sociais, aplicativos, jogos online ou “qualquer meio ou ambiente digital”. A pena de prisão pode chegar de dois a até quatro anos de prisão.

A legislação também prevê agravantes se o bullying for cometido em grupo de mais de três autores, se incluir uso de armas ou se envolver outros crimes violentos presentes na lei.

### Penas mais duras

A nova lei foi aprovada em dezembro do ano passado pelo Congresso, na forma do Projeto de Lei PL 4.224 de 2021. O conteúdo ainda torna

como hediondos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um deles é o homicídio de menores de 14 anos. A pena atual, de 12 a 30 anos de prisão, pode ser aumentada em dois terços se o crime for praticado em escola.

O texto sancionado pelo presidente também prevê penas mais duras para o crime de indução ou auxílio ao suicídio ou à automutilação. A prisão, de dois a seis anos, pode dobrar se o autor for responsável por um grupo, comunidade ou rede virtuais. A mudança inclui também o sequestro e cárcere privado contra menores de 18 anos e tráfico de pessoas contra crianças ou adolescentes. A nova lei altera ainda o ECA para penalizar o responsável que não comunicar o desaparecimento de uma criança, com pena de até quatro anos de prisão.

### Denúncia

No ano passado, a pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2022, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou que a sensação de insegurança dentro das escolas atinge 10% dos estudantes brasileiros. O número foi maior que a média do restante dos estudantes globais.

[Matéria completa em CUT.org.br](#)



## ASSEMBLEIA GERAL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos estatutários, para participarem da Assembleia Geral de forma híbrida (Presencial e Remota), presencial no auditório do SINDSEP - sito à Av. Newton Bello, 524, Monte Castelo e de forma Remota no LINK: [meet.google.com/rrg-emkk-zub](https://meet.google.com/rrg-emkk-zub), no dia 19 de janeiro de 2024, às 09:00h em primeira convocação e às 09:30h em segunda convocação, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informes da Campanha Salarial 2024 e, 2 - Avaliação da Proposta do Governo.

São Luís - MA,  
15 de janeiro de 2024.

João Carlos Lima Martins,  
Presidente.